

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

As mulheres no tempo dos flamengos: espaços de atuação feminina durante a guerra lusu-holandesa (1624 - 1654)

Elisielly Falasqui da Silva
Doutoranda em história
(IFCH – Unicamp)
Bolsista FAPESP
elisfalasqui@gmail.com

A relação entre guerra e cotidiano é um tema bastante presente na historiografia do chamado Brasil holandês. Contudo, a condição das mulheres envolvidas nesse ambiente de confrontos é um aspecto ainda lacunar nesses estudos, e elas são abordadas quase sempre de forma secundária, como floreios à história política ou econômica. Por outro lado, talvez contrariando as expectativas gerais, as mulheres não estão invisibilizadas pelas fontes do período. Embora apareçam de forma dispersa em uma documentação fragmentária (porém extensa, como é a documentação de Brasil holandês), e às vezes de forma anônima, esses desafios não são empecilhos para uma abordagem mais específica da atuação das mulheres no período.

Esta comunicação apresenta alguns desenvolvimentos iniciais da minha pesquisa de doutorado, que tem como objetivo discutir os impactos da ocupação holandesa da região setentrional do Brasil, especialmente da região do Recife e Porto Calvo entre os anos de 1630 e 1654, nas dinâmicas sociais e de gênero do período. Partindo de uma documentação diversificada, tais como relatos de viagem, diários de soldados, cartas, relatórios oficiais, crônicas e documentos judiciais ou de caráter administrativo, pretendo analisar os espaços ocupados pelas mulheres dentro dessa conjuntura instável, suas possibilidades de ação e seu grau de envolvimento, direto ou indireto, com a guerra. A hipótese aventada é a de que tais impactos foram vivenciados de forma particular pelas mulheres, tanto em seus efeitos negativos, quanto no delineamento de novas possibilidades de atuação.

Uma vez que estamos pensando em impactos e entendendo isso como possibilidades de mudanças, é preciso desenvolver uma visão mais ampla do contexto anterior à ocupação neerlandesa, o que exigirá uma análise mais detalhada, que leve em consideração tanto a legislação e os códigos de conduta, quanto os relatos de viajantes

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que estiveram na colônia portuguesa. Para os fins desta comunicação, selecionei relatos que se remetem à condição feminina já durante a ocupação holandesa: um relatório assinado por João Maurício de Nassau, governador da Nova Holanda entre 1637 e 1644, e mais dois conselheiros, e o relato de frei Manoel Calado do Salvador, importante cronista das invasões holandesas. Ambos são discursos construídos sobre “os outros”, nesse contexto de rivalidades, e remetem ao início da ocupação, ainda na década de 1630.

De um lado, no relatório assinado por Nassau e seus conselheiros, de 1638, encontramos a observação: “[as portuguesas], pelo costume de estarem de contínuo sentadas, não são tão ágeis como as holandesas, e andam sobre os seus altos chapins como se tivessem cadeias nas pernas.” Destaco aqui o discurso de alteridade mobilizado para descrever não apenas o comportamento e o cotidiano desse “outro”, português e, no caso, inimigo, mas também para descrever sua aparência: no mesmo relatório, há a afirmação de que “os homens e as mulheres portuguesas pouco tem de bonito”. (CEULEN, DUSSEN, NASSAU, 1638, p. 110)

O relato prossegue, com a observação de que “os homens [portugueses] são muito cílios de suas mulheres, e as trazem sempre fechadas, reconhecendo assim que os de sua nação são inclinados a corromper as mulheres alheias.” (CEULEN, DUSSEN, NASSAU, 1638, p. 110). É interessante notar que o objeto do comentário são os portugueses, e não as mulheres de fato. Mas, de todo modo, trata-se de uma visão que encontra apoio em outras fontes do período – inclusive portuguesas, como veremos adiante – que sublinham o caráter reclusivo da vida das mulheres na colônia.

O relatório também nota que “entre as mulheres [portuguesas], poucas são as que bebem vinho, e há muitas que em sua vida nunca provaram dele.” (CEULEN, DUSSEN, NASSAU, 1638, p. 110) Do outro lado, frei Manuel Calado menciona as estrangeiras ao tratar das festas oferecidas pelos holandeses:

“(…) e se o banquete era jantar durava a beberria até a noite, e se era ceia até a madrugada; e nestes convites se acharam as mais lindas damas, e as mais graves mulheres, holandesas, francesas e inglesas, que em Pernambuco havia, e bebiam alegremente melhor que os homens, e arrimavam-se ao bordão de que aquele era o costume de suas terras.” (CALADO, 1985, p. 208)

Novamente, trata-se de uma visão masculina sobre mulheres estrangeiras, as mulheres “dos outros”. Os dois relatos nos apresentam realidades contrastantes, com as

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estrangeiras (holandesas, francesas e inglesas) supostamente gozando de maior liberdade do que as portuguesas e luso-brasileiras. Entretanto, é preciso tomar cuidado ao partir desses discursos para pensar a condição feminina na colônia. Como dito anteriormente, faz-se necessária uma análise mais profunda e que leve em conta diversas outras fontes, a fim de tentar traçar um panorama geral das possibilidades de atuação que estavam à disposição das mulheres no período e até que ponto elas poderiam ser alargadas ou retraídas dependendo do contexto.

Podemos perceber, entretanto, que quando falamos sobre mulheres na colônia e, mais especificamente, no Brasil holandês, estamos tratando de experiências múltiplas e diversas. A convivência dessas experiências e até mesmo se houve influências recíprocas entre elas é um ponto a ser desenvolvido com maior atenção nas próximas etapas da pesquisa.

Com base nas fontes analisadas até o momento¹, foi possível observar três tipos de ocorrências das mulheres na documentação: 1) como vítimas de violências específicas (como raptos e violência sexual); 2) atuando nos embates (direta ou indiretamente); 3) atuando em diferentes espaços no cotidiano afetado pela guerra.

Embora com alguns momentos de estabilidade, especialmente durante o período Nassoviano, trata-se de um contexto de guerra, com a permanente ameaça do uso de violência, saques e sanções aos inimigos. Os relatos deste período sugerem que a vulnerabilidade feminina era agravada em tempos de guerra declarada, e que as mulheres estavam sujeitas aos mais variados perigos, sendo que alguns deles as rondavam de forma específica, como raptos, estupros e humilhações. É o papel de vítimas ou vulneráveis que ficou especialmente reservado às mulheres na historiografia sobre o período, em parte sustentada pelos discursos construídos nos relatos de guerra por ambos os lados. Mas este não é o único espaço possível de ser ocupado pelas mulheres nessa narrativa.

Os documentos também apontam a atuação das mulheres nos embates, seja de forma direta, participando fisicamente dos confrontos – nesse caso, especialmente as mulheres indígenas, que vão para a guerra, de fato, mas também mulheres que são envolvidas no confronto de alguma forma e revidam –, seja de forma indireta, talvez o

¹ Sobretudo os relatos de frei Manuel Calado, de Duarte de Albuquerque e de Matheus van den Broeck; os relatórios e documentos administrativos da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) e as *Nótulas Diárias do Alto Governo Neerlandês no Brasil*. Todas citadas nas referências ao fim do texto.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

caso mais comum, por exemplo ao dar quartel e provisionar as tropas. Por fim, uma terceira ocorrência, aqui chamada genericamente de “atuação no cotidiano”, que é na verdade uma série de espaços de atuação que se relacionam com a dinâmica da guerra, porém não diretamente. Isto fica mais claro quando analisamos casos específicos. Para isso, selecionei um episódio da guerra e três mulheres cujas trajetórias foi possível traçar com um pouco mais de profundidade até o momento: Ana Paes de Azevedo, Jerônima de Almeida e Sara Hendricx.

Como dito anteriormente, o primeiro caso, das mulheres como vítimas, foi muito explorado nos discursos dos dois lados: ambos cometiam tais violências e ambos censuravam o outro lado por cometê-las, sublinhando a injustiça e crueldade dos inimigos. Um bom exemplo desses discursos é sobre um dos mais famosos episódios da ocupação holandesa, a batalha de Casa Forte (1645). Tal episódio foi descrito por cronistas de ambos os lados, sendo os principais: do lado português, frei Manuel Calado, e, do lado holandês, Matheus van den Broeck.

Manuel Calado conta que, pouco depois de iniciada a insurreição contra os holandeses, por volta de agosto de 1645, chegou a João Fernandes Vieira a notícia de:

“(…) que o inimigo andava por a Várzea roubando as casas e prendendo as mulheres dos moradores, para as levar para o Recife, e que já tinha presas e levadas para a casa forte de Dona Ana Pais (aonde tinha seu alojamento) a Dona Antônia Bezerra mulheres de Francisco Berenguer de Andrada, sogro dele dito Governador da liberdade João Fernandes Vieira, e a Dona Izabel de Góes mulher de Antônio Bezerra, e a Luzia de Oliveira mulher de Amaro Lopes de Madeira [...]” (CALADO, 1985, p. 42-47)

Ao ouvir estas novas, João Fernandes incitou seus soldados e moradores simpatizantes com a causa da liberdade a irem enfrentar os holandeses e libertar estas mulheres. Segundo relato de Calado, eles pararam já à noite “no engenho de Dona Cosma Frois, mulher que havia sido de Pedro da Cunha de Andrade”, que distava ainda um pouco do engenho de Ana Paes. Chama-nos a atenção, neste episódio, que os dois lados tenham recorrido a engenhos de senhoras para se abrigarem, e, mais do que isso, de senhoras que demonstraram, de alguma forma, simpatia com as causas. (CALADO, 1985, p. 42-47)

Cosma Fróes era filha de Diogo Gonçalves, auditor da Gente de Guerra de Pernambuco, e de Isabel Fróes, e foi a segunda esposa de Pero da Cunha de Andrade, fidalgo português que desempenhou a função de vereador de Olinda e participou ao lado

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dos portugueses na guerra contra os invasores holandeses. Não há registros pontuais do falecimento de Pero da Cunha, mas ao que nos indica o relato de Calado, teria ocorrido antes de 1645, quando o engenho passou à propriedade de sua esposa, Cosma Fróes. (cf. MELLO, 2012, p. 110) O fato parece ser de conhecimento geral, uma vez que não apenas os portugueses reconhecem o engenho São Sebastião como pertencente à “dona Cosma”, como também ele assim aparece identificado no “Diário” escrito por Matheus van den Broeck. Em seu relato, porém, ele menciona que foram os portugueses que primeiro raptaram duas mulheres holandesas: as esposas do capitão Blaer e do ex-capitão Joannis Hick. (BROECK, 1877, p. 23-24)

Temos, portanto, nos relatos sobre um mesmo acontecimento uma amostra dos discursos mobilizados contra os adversários nessas crônicas sobre a guerra, mas também a descrição de uma violência particular à qual as mulheres estavam sujeitas nesse contexto, já que, considerando os relatos de Broeck e Calado, ao menos cinco mulheres foram raptadas em um único episódio da guerra.

Prosseguindo na narrativa da batalha de Casa Forte, o frade afirma que o rapto das três mulheres tinha sido uma tentativa de emboscar os portugueses, em parte frustrada, porque estes se adiantaram. De todo modo, decorreu daí uma intensa batalha, da qual os portugueses saíram vencedores, após ameaçarem incendiar o engenho de dona Ana Paes com todos dentro. Calado conta que no alvoroço da capitulação dos holandeses, alguns deles fugiram e foram se esconder nas casas dos moradores dos arredores, sendo, entretanto, “mortos por mãos dos negros” e então prossegue com seguinte relato:

“(…) e houve uma negra crioula dos Apipucos, forra, e casada com outro crioulo chamado o Araújo, que em encontrando a um flamengo com espada na cinta, e uma clavina nas mãos, arremeteu com ele, e com um bordão que levava o matou, e lhe tomou as armas [...]” (CALADO, 1985, p. 53-54)

Uma vez que nesse ponto da narração Calado já buscava sublinhar o acovardamento e a fraqueza dos inimigos então derrotados, é possível questionar até que ponto o relato acima não é um mero recurso retórico. De fato, outro ponto interessante a ser desenvolvido na pesquisa é como um discurso de gênero foi mobilizado na retórica de guerra na modernidade, por exemplo ao destacar características “masculinas” e “viris” em seu próprio exército, e características consideradas “femininas” e “fracas” nos adversários. Outro recurso era enfatizar a debilidade do inimigo ao retratá-lo como

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

derrotado por figuras consideradas também débeis naquela sociedade, como, nesse caso, uma “negra crioula”, “forra”. Tais recursos retóricos também são importantes para entender como o feminino e o masculino eram entendidos. Conforme observou Joan Scott, “o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece” (1995, p. 92).

Se há alguma possibilidade de mensurarmos quão fiel aos acontecimentos Calado se manteve em seu relato nesse caso é comparando-o com outras fontes e analisando a forma como ele constrói sua narrativa sobre outros episódios, envolvendo ou não mulheres, pois os filtros discursivos, inclusive os que mobilizam entendimentos específicos sobre gênero, não estão presentes apenas em relatos que têm as mulheres como protagonistas.

Relatos como o acima aparecem também, em outras circunstâncias, envolvendo indígenas. Mas raramente as mulheres negras e indígenas são nomeadas no relato de Calado e a narração de Broeck é ainda mais lacunar: no episódio da Casa Forte, apenas “dona Cosma” é referida por seu nome. Mesmo assim, os relatos sobre este episódio pontual nos mostram mulheres vítimas, raptadas e usadas como moeda de negociação política; mulheres donas de engenhos, posteriormente transformados em fortaleza ou quartel de um ou outro lado do embate; e mulheres anônimas que participaram de algum modo dos confrontos. Mais adiante em sua narração, Broeck também apresenta outra possibilidade: as mulheres como mediadoras. Tratando sobre o desenrolar das negociações após a capitulação dos holandeses, ele relata que mulheres neerlandesas impediram que o capitão Willem Lamberts colocasse fogo a uma caravela num acesso de raiva, ao que indica o relato de Broeck, após perceber-se enganado pelo capitão português. (BROECK, 1877, p. 44-45)

Ainda do lado holandês, encontramos Ana Paes Gonçalves de Azevedo, que no ano de 1645 já estava casada com seu terceiro esposo, Gijsbert de With, conselheiro de justiça do governo neerlandês. O engenho Casa Forte, mencionado como alojamento dos holandeses, pertencia inicialmente ao já citado Diogo Gonçalves e foi entregue à sua segunda filha, Isabel Fróes (Azevedo), como dote pelo casamento com Jerônimo Paes de Azevedo. Desta união nasceu Ana Paes, que herdou o engenho Casa Forte como dote pelo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

seu casamento com Pedro Correia da Silva, o qual faleceu nos primeiros anos da guerra, deixando Ana Paes viúva – e senhora de engenho – por volta de seus dezoito anos.

Ela escolheu ficar, com seu engenho, do lado dos holandeses e a historiadora Annette van den Bogaart aventa a hipótese de que sua escolha tenha se devido à percepção de que ela gozaria de maiores benefícios ao lado dos holandeses, podendo administrar seus bens por conta própria. Fato é que Ana Paes demonstrou interesse em confraternizar com o governo neerlandês e, logo da chegada de Nassau ao Recife, lhe enviou seis caixas de açúcar e uma carta na qual dizia:

“Ilmo. Snr. Como nós devemos toda a obediência a nossos superiores tanto mais a vossa excelência de quem temos recebido tantas honras e mercês, assim que este ânimo me faz tomar atrevimento de pedir a vossa excelência queira aceitar seis caixas de açúcar branco, perdoando-se vossa excelência o atrevimento (que meu ânimo é de servir a vossa excelência) e fico pedindo que Deus aumente a vida e estado de vossa excelência para amparo de suas cativas. De vossa excelência a muito obediente cativa Dona Ana Paes.” (RIAHGP, 1886, p.68)

Em 1637, ela tornou a casar, “ou para melhor dizer amancebar com um calvinista”, nas palavras de frei Manuel Calado, desta vez com Charles de Tournalon, capitão da guarda, o qual provavelmente conhecera frequentando a corte de Nassau. Entretanto, em 1643, Tournalon foi acusado de traição e mandado de volta à Holanda. Ana Paes tentou interceder por ele com cartas endereçadas à Câmara da Zelândia e aos Estados Gerais, e ele foi liberado em 1644, mas faleceu em seguida, ainda na Holanda.

Em 1645, Ana Paes se casou com o já mencionado Gijsbert de With, que chegou a afirmar ao Alto Conselho “que sua futura esposa já no tempo do seu anterior casamento tinha demonstrado ser mais favorável à nossa nação do que aos portugueses” (MELLO, 2001, p. 149). Frei Manuel Calado parece ter compartilhado da opinião de With sobre esta que ele considerava “a mais desenvolta mulher de quantas houve no tempo deste cativo, na Capitania de Pernambuco”, uma vez que afirma que ela “tanto que se viu casada, ou amancebada esta terceira vez, deu em ser tão inimiga dos portugueses, que ela era o seu acusador para com os do supremo Concelho, e lhes aconselhava que os roubassem, e matassem a todos.” (CALADO, 1985, p. 125).

A afirmação de With é indicativa da suspeita que pairava sobre sua lealdade aos holandeses: entre as acusações contra Tournalon, figurava o fato de ter se casado com “uma

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

portuguesa”. Por outro lado, o relato de Calado, ao exagerar uma suposta proeminência política de Ana Paes entre as autoridades holandesas, expressa bem sua perplexidade perante as atitudes que ele e os portugueses consideravam como traição. As duas percepções sobre Ana Paes, contudo, nos permitem entrever os jogos políticos que envolviam também as mulheres nesse período, e entre os quais elas precisariam se equilibrar. “Portuguesa” para os holandeses, Ana Paes foi considerada cidadã neerlandesa pelos portugueses quando da Restauração e expulsão daqueles. Em 1654, ela partiu de forma definitiva para os Países Baixos, onde viveu até 1674, quando faleceu, em Haia.

A segunda trajetória aqui abordada também exemplifica as linhas tênues de negociação às quais as mulheres recorriam nesse contexto. Trata-se do caso de dona Jerônima de Almeida, que, em 1638, foi acusada pelos holandeses de abrigar e provisionar tropas inimigas, que lhe traziam cartas de seu marido, Rodrigo de Barros Pimentel, à época na resistência contra os holandeses na Bahia. Ela foi condenada à morte e as matronas do Recife se uniram para pedir a mercê de Maurício de Nassau. Segundo frei Manuel Calado,

“(…) puseram a dita matrona mãe de nove filhas já quase mulheres perfeitas, e três filhos, em uma áspera prisão, aonde a não deixavam falar com português algum, e a condenaram a morrer degolada; e para que o Príncipe depois da sentença dada lhe perdoasse a morte, foi necessário ajuntarem-se as mulheres dos homens nobres, e principais que moravam em contorno do Recife, e irem todas em corpo a deitar-se aos pés do Príncipe, e por outra parte guarneceram o muro com ameias de caixas de açúcar para alcançarem o fim de seu intento.

O Príncipe João Maurício Conde de Nassau recebeu a estas mulheres com alegre semblante (que o tinha ele para todos) e as fez levantar da terra com muita cortesia, e lhes disse que se soubera que havia de ter tão formosas, e honradas hóspedes, que estivera preparado com um banquete, segundo elas mereciam, porém que já que o haviam tomado de sobressalto as convidava a jantar com ele com a sua mesa ordinária; elas lhe beijaram a mão por a mercê, e favor, e lhe responderam que o banquete que elas vinham buscar à sua casa era, que achando graça em seus olhos, fosse servido S. Excelência de acudir a tão grande crueldade, e perdoar a Dona Jerônima; e que o jantar à sua mesa haviam por recebida a mercê, porém que não era uso, nem costume entre os portugueses comerem as mulheres, senão com seus maridos, e ainda com estes era quando não havia hóspedes em casa (não sendo pai ou irmão) porque nestes casos não se vinham assentar a mesa; porém que aquele favor que S.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Excelência lhes oferecia tinham elas posto no íntimo de seus corações, o Príncipe ficou satisfeito com a cortês, e honrada resposta, e as despediu dizendo que nos despachos de sua petição faria tudo o que pudesse, e com isto as despediu, vindo-as acompanhando até o topo de sua escada; e logo passou um decreto, em como ele perdoava a morte a Dona Jerônima de Almeida, por autoridade, e poder que tinha de Governador, e Capitão-General de Pernambuco, e das demais Capitânicas conquistadas, e sujeitas aos Estados de Holanda.” (CALADO, 1985, pp.127-128).

O convite dirigido por Nassau àquelas mulheres pode ser indício de uma discrepância entre os costumes holandeses e os costumes portugueses, levando em conta os relatos mencionados no início desse texto. Alguns anos depois, pouco antes de regressar aos Países Baixos, Nassau organizou um banquete em comemoração à edificação da ponte Maurícia, e, segundo Calado, “no dia seguinte fez o Conde de Nassau outro banquete às damas, e a quantas taverneiras havia no Recife, e as mais delas emborrachou, e com isto se deu por despedido de Pernambuco”. (CALADO, 1985, p. 243) A separação de banquetes pode indicar uma tentativa de adaptação, por parte de Nassau, aos costumes lusos, pois, ao que tudo indica, as mulheres portuguesas estiveram presentes neste. A “adaptação”, entretanto, não parece ter se dado em um sentido único, já que Calado nota que a maioria dessas damas e taverneiras do Recife se embebedou na ocasião.

Voltando à passagem citada anteriormente, é interessante observar a ambiguidade das possibilidades de atuação feminina naquele episódio. Se, por um lado, elas não puderam participar da mesa do conde de Nassau, por outro, a atuação das “matronas” foi fundamental para o perdão de dona Jerônima de Almeida. Analisar essas relações ambíguas nos ajuda a pensar “a forma como a ordem de gênero se apresentava em tais circunstâncias, impondo acomodações, mas também se mostrando permeável, abrindo-se a improvisações quanto aos papéis femininos e masculinos, a resistências e a subversões.” (SCHPUN, 2014, p. 49).

Anos depois de ter sido acusada de conspiração, condenada à decapitação e perdoada por Nassau, Jerônima voltou a se envolver em um processo por parte dos holandeses, em 1641. Desta vez, foi acusada de sediar em sua casa uma reunião na qual o Conselheiro Balthasar vander Voorde, diretor político de Porto Calvo, teria conferenciado com o capitão português Paulo da Cunha. O caso ganhou claros contornos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de traição e, segundo os apontamentos de José Hygino Duarte Pereira, as peças do processo holandês mencionam:

“O jantar a que assistiram o letrado holandês e o guapo capitão português, a entrevista que se seguiu na câmara de D. Jeronyma de Almeida, o colóquio entre uma das filhas desta e B. vander Voorde; a prisão dos dois acusados, as alegações com que se defenderam, as declarações feitas pela mulher de Rodrigo de Barros, e muitas outras circunstâncias acessórias.” (PEREIRA, 1886, p. 21).

A documentação acima mencionada ainda não pôde ser consultada, mas sabemos que Jerônima continuou administrando seus engenhos do lado holandês, pois, em relatório de viagem, o Conselheiro Adriaen van Bullestrate faz a seguinte anotação para o dia 16 de janeiro de 1642: “Visitei o engenho de Rodrigo de Barros e tratei com a esposa deste sobre o seu débito.” (BULLESTRATE, 1642, p. 183) Da mesma forma, ela continuou se comunicando com seu marido, que, em 1645, foi novamente preso, junto com outros nomes importantes, como uma demonstração de poder por parte dos holandeses, que visavam frear insurreições por parte dos moradores. Os prisioneiros foram liberados meses depois, sob a condição de jurarem fidelidade aos holandeses e tentarem dissuadir os luso-brasileiros da sedição, mas, no período que Rodrigo Pimentel passou na prisão, novamente dona Jerônima incorreu em seu socorro, ainda segundo o relato de Manuel Calado:

“[...] também por os [barcos] que vieram comboiando as munições, mandou D. Jerônima de Almeida do Porto Calvo cem dobrões e duas capoeiras de galinhas a seu marido Rodrigo de Barros Pimentel, o qual estava preso e muito enfermo no Recife, o qual havia sido preso por os holandeses no princípio da conjuração da liberdade e se sabia que padecia muitas necessidades.” (CALADO, 1985, p. 179)

A terceira trajetória, esboçada de forma apenas inicial até o momento, é a da neerlandesa Sara Hendricx, sobre a qual tomamos conhecimento através de um processo enfrentado por seu marido, o predicante Daniel Schagen. Pouco tempo depois da chegada de Nassau e aproveitando a presença do teólogo Frederick Kessler em sua comitiva, alguns predicantes da Igreja Reformada, encabeçados por Vicente Soler, entregaram queixas sobre colegas que não estariam se comportando de acordo com o padrão moral exigido de um predicante. Entre eles, estava Daniel Schagen, acusado de abusar do poder,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

falhar com suas tarefas de religioso e frequentar banquetes nos quais se embebedava e confraternizava com prostitutas e outras mulheres de má índole.

Para agravar sua situação, “casou-se com Sara Heyndrix apesar dos avisos do Coronel, porque se dizia publicamente que ela ainda estava casada na Pátria, o que é a verdade”, segundo contam as testemunhas do caso. Schagen respondeu à acusação dizendo que Sara Hendricx “tinha aqui aparecido vestida de homem; quando se descobriu, foi julgada no *Watercasteel* e mandada regressar à pátria, o que nunca aconteceu” e que, nesse tempo, ela tornara-se concubina de um soldado e pediu a Schagen que se casasse com ela, assegurando que seu marido já tinha falecido há dois anos. Schagen então argumentava que aceitou casar-se com ela “pensando que de dois males, faz-se mister escolher o menor”. (TEENSMA, 2013, p. 80)

Fazer a travessia do Atlântico vestida de homem não parece ter sido ideia exclusiva de Hendricx, uma vez que outras mulheres na colônia teriam aqui chegado da mesma forma. Isso se dava porque, segundo Annette van den Bogaart, a Companhia das Índias Ocidentais não autorizava que mulheres embarcassem desacompanhadas da família ou do marido, não restando alternativa às que desejavam fazer a viagem sozinhas do que se alistarem como soldados ou marinheiros.

Esta parece ter sido uma via razoavelmente comum para que prostitutas embarcassem nos navios da Companhia, o que fez com que José Gonsalves de Mello inserisse Sara Hendricx no rol das prostitutas ou “mulheres fáceis” vindas da Holanda e indesejadas pelas autoridades calvinistas. As informações que se tem, contudo, são de que Hendricx teria vivido em concubinato com um soldado da Companhia, após ser descoberta. Se de fato Sara Hendricx era casada na Holanda, e não viúva, como fez Schagen crer, sua decisão de embarcar para a Nova Holanda parece ter sido fruto de escolhas muito mais complexas do que as que vem sendo apresentadas.

Seu nome aparece em pelo menos quatro entradas nos registros diários mantidos pelo governo neerlandês no Brasil, porém apenas duas dessas entradas estão acessíveis até momento.² Ambas de 1638, uma de janeiro e outra de novembro, sublinham a

² *Overgekomen Brieven em Papieren uit Brazilie en Curaçao* ou *Cartas e Papéis Vindos do Brasil e de Curaçao* (OBP) e *Dagelijkse Notulen van den Hoogen en Secreten Raad in Brazilie* ou *Atas Diárias do Alto e Secreto Conselho do Brasil* (DN) – Arquivo da Velha Companhia das Índias Ocidentais – Arquivo Nacional, Haia. Parte dessa documentação, traduzida por José Hygino Duarte Pereira, encontra-se disponível no projeto: *Dagelyksche Notulen der Horge Regeering in Brazilie* (Nótulas Diárias do Alto

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

necessidade de enviá-la de volta para a Pátria, conforme decisão das classes (da Igreja Reformada), “visto que as irritações já duraram o bastante”. (*DAGELYKSCHE NOTULEN*, vol. 4, 1638). Curioso é que seu marido, Daniel Schagen, fora enviado de volta à Holanda em agosto de 1637, já afastado do serviço de predicante e sem o atestado de bom comportamento (cf. TEENSMA, 2013, p. 74). Hendricx parece ter continuado mais tempo na conquista neerlandesa, uma vez que a última entrada com seu nome nas Atas diárias consta de 1639. As circunstâncias que possibilitaram isso, contudo, ainda serão investigadas.

Busquei apresentar nesse texto um breve panorama da documentação e dos caminhos possíveis para a abordagem das mulheres na história do Brasil holandês. As trajetórias aqui esboçadas serão desenvolvidas na pesquisa de doutorado. Além disso, em um levantamento inicial e ainda não definitivo, foi possível mapear mais de 90 nomes mencionados nas fontes com algum grau de atuação dentro do contexto do estudo. Partindo desse mapeamento, pretendo trabalhar a partir de um jogo de escalas e ir também costurando todos esses fragmentos documentais para ter uma visão mais ampla da atuação das mulheres naquele contexto, a fim de abordar uma multiplicidade maior de mulheres (e experiências) do que foi possível abordar nesta comunicação.

Referências documentais

BROECK, Matheus van den. *Diário ou narração histórica*. Trad. de José Hygino Duarte Pereira. Rio de Janeiro: Revista do IHGB. T. 40, v. 54, pt. 1, p. 5-65, 1877.

BULLESTRATE, Adriaen van. “Notas do que se passou na minha viagem, desde 15 de Dezembro de 1641 até 24 de Janeiro do ano seguinte de 1642”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 147-197.

Governo Neerlandês no Brasil), Coleção Monumenta Hyginia – Laboratório Liber (Universidade Federal de Pernambuco) – Manuscritos de José Hygino e traduções de Marcos Galindo, Judith de Jong e Anne Brockland. Disponível em: www.liber.ufpe.br/hyginia

Segundo o levantamento de fontes feito por Lucia Werneck Xavier e Bruno Miranda, Sara Hendricx aparece em uma ata de 1637, duas de 1638 e uma de 1639. Apenas as de 1638 estão disponíveis na coleção de Hygino. (cf. WIESEBRON, 2011, pp. 265-599)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. 4. ed. Recife, PE: FUNDARPE, 1985. 2v.

CEULLEN, Mathias van; DUSSEN, Adriaen van der; NASSAU, João Maurício de. “Breve discurso sobre o Estado das quatro capitâneas conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil (1638)”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume I. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 77-129.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias de la guerra del Brasil*. Madrid : Diego Diaz de la Carrera, Impressor del Reyno, 1654.

_____. *Memórias diárias da guerra do Brasil*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

DAGELYKSCHEN NOTULEN der Horge Regeering in Brazilie (Nótulas Diárias do Alto Governo Neerlandês no Brasil), Coleção Monumenta Hyginia – Laboratório Liber (Universidade Federal de Pernambuco) – Manuscritos de José Hygino e traduções de Marcos Galindo, Judith de Jong e Anne Brockland. (1635-1645) Disponível em: www.liber.ufpe.br/hyginia último acesso em 10/07/2020.

PEREIRA, José Hygino Duarte. Relatório de pesquisa (1885 – 1886). *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Sessão especial, Recife, n.30, Jun. 1886, pp. 7 – 100.

Referências bibliográficas

BOGAART, Annette Michèle Ricciardi Cramer van den. *Women in the Early Modern Dutch Atlantic World*. Dissertation for the Degree of Doctor of Philosophy in History, Stony Brook University, 2013.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. São Paulo, SP: Penguin: Companhia das Letras, 2012.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SCHPUN, Mônica Raisa. Retraçar itinerários individuais: a micro-história das mulheres. In: FUNCK, S. B.; MINELLA, L.S. e ASSIS, G. de O. (orgs.) *Linguagens e narrativas*. Tubarão: Editora Copiart, 2014. (Desafios feministas, I) pp. 47 – 61.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Revista Educação e Realidade*. Jul./dez. 1995, 20 (2): 71-99.

TEENSMA, Benjamin N. “O inaceitável comportamento do predicante da Companhia das Índias Ocidentais Daniel Schagen”, in: WIESEBRON, Marianne L. (org.). *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624–1654)*. Série Maurítiana, vol. 5, Leiden: CNWS Publications, 2013.

WIESEBRON, Marianne L. (org.). *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624–1654)*. Série Maurítiana, 5 vol. Leiden: CNWS Publications, 2004-2013.